

## RESOLUÇÃO

### **Aumentar salários, dignificar carreiras, revogar o SIADAP – JÁ!**

O ano de 2021 fica marcado pela ausência de respostas aos problemas dos trabalhadores da Administração Pública e pela continuidade de políticas que não promovem o necessário reforço das funções sociais do Estado.

É bom lembrar, num quadro ainda marcado pela pandemia, que foram os trabalhadores da Administração Pública a assegurar o funcionamento dos Serviços Públicos e a resposta aos problemas das populações, nomeadamente nas áreas determinantes para a mitigação do problema de saúde pública mas também em muitas outras, essenciais para o funcionamento do país.

Em contraponto a este esforço acrescido, as medidas que o governo foi anunciando nunca deram resposta às questões que são fundamentais para os trabalhadores, adotando posições que seguiram o caminho dos apoios indiscriminados a sectores do capital, mas deixando a valorização dos trabalhadores, o reforço dos Serviços Públicos e das funções sociais do Estado à margem. O governo foi pródigo em elogios de circunstância, mas sem a adoção de qualquer medida concreta, continuando, entre outros exemplos, a recorrer aos vínculos precários para satisfazer necessidades permanentes.

É reafirmando a necessidade e urgência de valorização dos trabalhadores, em particular os da Administração Pública, que a Frente Comum apresenta a Proposta Reivindicativa Comum para 2022 (PRC 2022). Amplamente discutida com os trabalhadores e com os seus sindicatos, esta Proposta Reivindicativa dá voz às propostas dos trabalhadores para a melhoria das suas condições de vida e de trabalho e, também, para uma Administração Pública ao serviço das populações e do país, reafirmando o papel central que o Estado terá numa efetiva mudança de rumo. A Frente Comum e os trabalhadores exigem a negociação da presente Proposta Reivindicativa, tal como a Lei e os princípios democráticos reclamam.

#### **Exigimos:**

**Aumento geral dos salários** – é vergonhosa a atitude de sucessivos governos que, ano após ano, insistem em não aumentar os trabalhadores da Administração Pública. Esta situação é inaceitável e tem que terminar. Os trabalhadores da Administração Pública não podem continuar a ter mais mês do que salário, a ver o seu nível de vida a degradar-se de ano para ano, chegando a níveis muito inferiores ao período da intervenção das troikas nacional e estrangeira. É urgente o aumento geral dos salários em 90 € para todos os trabalhadores, com um mínimo de 850 euros para o salário mínimo e a correção da tabela remuneratória única, garantindo a proporcionalidade entre cada nível e acabando com a desvalorização que hoje existe.

**Dignidade das carreiras** - a progressão nas carreiras e a dignificação das suas funções é um direito dos trabalhadores. A destruição das carreiras na Administração Pública, além de tornar os trabalhadores em «pau para toda a obra», retirou todas as especificidades que estavam legalmente garantidas e reconhecidas e roubou o direito a uma carreira e à respetiva progressão.

**Revogação do SIADAP** – exigimos a revogação imediata deste sistema injusto e arbitrário. Este SIADAP vota a esmagadora maioria dos trabalhadores a um período de dez anos para que tenham progressão na carreira, agravado por uma Tabela Remuneratória Única que viola o princípio da proporcionalidade entre escalões e garante aumentos salariais irrisórios ao fim de anos de trabalho e serviço público.

Sem serviços públicos de qualidade, não há desenvolvimento equilibrado, justo e equitativo do país. A educação, saúde, ambiente, segurança social, justiça, poder local, ambiente, cultura entre outros, são pilares fundamentais do desenvolvimento integral do indivíduo e das sociedades, verdadeiros garantes da liberdade e da democracia. Sem estes serviços públicos e os seus trabalhadores, não é possível garantir os direitos mais básicos às populações.

**Assim, os dirigentes, delegados e ativistas da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, concentrados em Lisboa, a 29 de setembro de 2021, exigem ao Primeiro-ministro e ao governo, no imediato:**

- O aumento geral dos salários, em 90€ para todos os trabalhadores, um salário mínimo de €850,00 e a correção da Tabela Remuneratória Única, em respeito pela proporcionalidade entre os mesmos;
- A revisão e dignificação das carreiras da Administração Pública;
- A revogação imediata do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação de desempenho justo, transparente, equitativo e sem quotas.

**Mais deliberam que, a não ser atendidas as suas reivindicações, levarão a cabo todas formas de luta necessárias, exigindo resposta às suas reivindicações.**

*Lisboa, 29 de setembro de 2021*